



**CONSORCIO INTERMUNICIPAL DE SAUDE DA 5ª REGIAO DE SAUDE DO PARANA - CIS5RS**  
Prestação de Contas  
**BALANÇO PATRIMONIAL**  
Período de Referência: Janeiro a Dezembro de 2023

Pág 1 / 4

Art. 105 da Lei n. 4.320/1964

ATIVO				PASSIVO			
ESPECIFICAÇÃO	Nota	Exercicio Atual	Exercicio Anterior	ESPECIFICAÇÃO	Nota	Exercicio Atual	Exercicio Anterior
<b>ATIVO CIRCULANTE</b>		<b>5.558.588,40</b>	<b>6.230.057,75</b>	<b>PASSIVO CIRCULANTE</b>		<b>2.722.990,18</b>	<b>420.798,80</b>
Caixa e Equivalentes de Caixa		4.284.916,59	1.980.846,52	Obrigações Trabalhistas, Previdenciárias e Assistenciais a Pagar		578.596,69	233.880,80
Créditos a Curto Prazo		0,00	4.219.950,58	Empréstimos e Financiamentos		0,00	0,00
Créditos Tributários a Receber		0,00	0,00	Fornecedores e Contas a Pagar		994.870,23	1.776,66
Clientes		0,00	0,00	Obrigações Fiscais		0,00	0,00
Créditos de Transferências a Receber		0,00	4.219.950,58	Obrigações de Repartição a Outros Entes		0,00	0,00
Empréstimos e Financiamentos Concedidos		0,00	0,00	Provisões a Curto Prazo		0,00	0,00
Dívida Ativa Tributária		0,00	0,00	Demais Obrigações a Curto Prazo		1.149.523,26	185.141,34
Dívida Ativa Não Tributária		0,00	0,00	<b>PASSIVO NÃO-CIRCULANTE</b>		<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
(-) Ajuste de Perdas de Créditos a Curto Prazo		0,00	0,00	Obrigações Trabalhistas, Previdenciárias e Assistenciais a Pagar		0,00	0,00
Demais Créditos e Valores a Curto Prazo		85.411,52	2.654,03	Empréstimos e Financiamentos a Longo Prazo		0,00	0,00
Investimentos e Aplicações Temporárias a Curto Prazo		0,00	0,00	Fornecedores a Longo Prazo		0,00	0,00
Estoques		1.162.904,45	26.606,62	Obrigações Fiscais a Longo Prazo		0,00	0,00
Ativo Não Circulante Mantido para Venda		0,00	0,00	Provisões a Longo Prazo		0,00	0,00
VPD Pagas Antecipadamente		25.355,84	0,00	Demais Obrigações a Longo Prazo		0,00	0,00
<b>ATIVO NÃO-CIRCULANTE</b>		<b>445.310,31</b>	<b>57.540,00</b>	Resultado Diferido		0,00	0,00
Ativo Realizável a Longo Prazo		0,00	0,00	<b>TOTAL DO PASSIVO</b>		<b>2.722.990,18</b>	<b>420.798,80</b>
Créditos a Longo Prazo		0,00	0,00				
Créditos Tributários a Receber a Longo Prazo		0,00	0,00	<b>PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>			
Clientes a Longo Prazo		0,00	0,00	<b>ESPECIFICAÇÃO</b>	<b>Nota</b>	<b>Exercicio Atual</b>	<b>Exercicio Anterior</b>
Empréstimos e Financiamentos Concedidos a Longo Prazo		0,00	0,00	Patrimônio Social e Capital Social		0,00	0,00
Dívida Ativa Tributária a Longo Prazo		0,00	0,00	Adiantamento para Futuro Aumento de Capital		0,00	0,00
Dívida Ativa Não Tributária a Longo Prazo		0,00	0,00	Reservas de Capital		0,00	0,00
(-) Ajuste de Perdas de Créditos a Longo Prazo		0,00	0,00	Ajustes de Avaliação Patrimonial		0,00	0,00
Demais Créditos e Valores a Longo Prazo		0,00	0,00	Reservas de Lucros		0,00	0,00
Investimentos e Aplicações Temporárias a Longo Prazo		0,00	0,00	Demais Reservas		0,00	0,00
Estoques a Longo Prazo		0,00	0,00	Resultados Acumulados		3.280.908,53	5.866.798,95
VPD Pagas Antecipadamente a Longo Prazo		0,00	0,00	Resultado do Exercício		1.634.060,16	5.866.798,95
Investimentos		0,00	0,00	Resultados de Exercícios Anteriores		5.866.798,95	0,00
Participações Permanentes		0,00	0,00	Ajustes de Exercícios Anteriores		(4.219.950,58)	0,00
Participações Avaliadas pelo Método de Equivalência Patrimonial		0,00	0,00	Outros Resultados		0,00	0,00
Participações Avaliadas pelo Método de Custo		0,00	0,00	(-) Ações/Cotas em Tesouraria		0,00	0,00
Propriedades para Investimento		0,00	0,00				
Demais Investimentos Permanentes		0,00	0,00				
Imobilizado		445.310,31	57.540,00				
Bens Móveis		432.710,31	57.540,00				
Bens Imóveis		12.600,00	0,00				
Intangível		0,00	0,00				
Softwares		0,00	0,00				

IPM Sistemas Ltda  
Atende.Net - WPR v.2013.01

Identificador: WPR1901101-054-UZWMUDCOTEZU-4 - Emitido por: PEDRO HENRIQUE DA FONSECA

11/09/2024 11:29:50 - 03:00



**CONSORCIO INTERMUNICIPAL DE SAUDE DA 5ª REGIAO DE SAUDE DO PARANA - CIS5RS**  
Prestação de Contas  
**BALANÇO PATRIMONIAL**  
Período de Referência: Janeiro a Dezembro de 2023

Pág 2 / 4

Marcas, Direitos e Patentes Industriais		0,00	0,00	<b>TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>		<b>3.280.908,53</b>	<b>5.866.798,95</b>				
Direito de Uso de Imóveis		0,00	0,00								
Diferido		0,00	0,00	<b>TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>		<b>6.003.898,71</b>	<b>6.287.597,75</b>				
<b>TOTAL DO ATIVO</b>		<b>6.003.898,71</b>	<b>6.287.597,75</b>	<b>PASSIVO FINANCEIRO</b>		<b>5.582.705,11</b>	<b>515.641,43</b>				
ATIVO FINANCEIRO		4.285.529,55	1.980.846,52	<b>PASSIVO PERMANENTE</b>		<b>0,00</b>	<b>0,00</b>				
ATIVO PERMANENTE		1.718.369,16	4.306.751,23			<b>421.193,60</b>	<b>5.771.956,32</b>				
<b>SALDO PATRIMONIAL</b>											
<b>ESPECIFICAÇÃO</b>	<b>Nota</b>	<b>Exercicio Atual</b>	<b>Exercicio Anterior</b>	<b>ESPECIFICAÇÃO</b>	<b>Nota</b>	<b>Exercicio Atual</b>	<b>Exercicio Anterior</b>				
<b>Saldo dos Atos Potenciais Ativos</b>				<b>Saldo dos Atos Potenciais Passivos</b>							
Garantias e Contragarantias Recebidas a Executar		0,00	0,00	Garantias e Contragarantias Concedidas a Executar		0,00	0,00				
Direitos Conveniados e Outros Instrumentos Congêneres a Receber		0,00	0,00	Obrigações Conveniadas e Outros Instrumentos Congêneres a Liberar		0,00	0,00				
Direitos Contratuais a Executar		0,00	0,00	Obrigações Contratuais a Executar		4.615.512,89	4.099.036,75				
Outros Atos Potenciais Ativos a Executar		0,00	0,00	Outros Atos Potenciais Passivos a Executar		0,00	0,00				
<b>TOTAL</b>		<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>TOTAL</b>		<b>4.615.512,89</b>	<b>4.099.036,75</b>				
<b>SUPERÁVIT / DÉFICIT FINANCEIRO</b>											
<b>FONTES DE RECURSOS</b>				<b>Exercicio Atual</b>				<b>Exercicio Anterior</b>			
00001 - Recursos Ordinários (Livres)				(21.975.867,00)				1.012.210,17			
00094 - Retenções em caráter consignatório				(847,78)				0,00			
00632 - Transferências do Estado referentes a Convênios e Instrumentos Congêneres vinculados à Saúde				1.160.204,24				0,00			
00633 - SAMU Regional				(1.031.095,18)				452.994,92			
01001 - Cota variável				(1.983.048,12)				0,00			
01005 - Recursos CEO Estadual				(23.714,00)				0,00			
<b>Total das Fontes de Recursos</b>				<b>(23.854.367,84)</b>				<b>1.465.205,09</b>			

FONTE: Sistema Atende.Net - IPM, Unidade Responsável CONSORCIO INTERMUNICIPAL DE SAUDE DA 5ª REGIAO DE SAUDE DO PARANA - CIS5RS, Data Emissão 09/09/2024, Hora emissão 11:30:00

NOTA:



**CONSORCIO INTERMUNICIPAL DE SAUDE DA 5ª REGIAO DE SAUDE DO PARANA - CIS5RS**  
 Prestação de Contas  
**BALANÇO PATRIMONIAL**  
 Período de Referência: Janeiro a Dezembro de 2023

Pág 3 / 4

Demonstrações Contábeis e Notas Explicativas CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DA 5ª REGIÃO DE SAÚDE DO ESTADO DO PARANÁ

(CIS5RS)

Exercício de 2023

Rol das Principais Autoridades do Consórcio

Maria Jose Mandu Ribeiro Ribas – Diretora Geral do CIS5RS

Eliane Maria Basso – Contadora

Liane Maria Mendes – Controle Interno

1. Apresentação - Contexto Operacional

O CIS5RS no ano de 2023 manteve Contrato de Rateio com 20 Municípios, está localizado no Estado do Paraná, com sede a Rua Brigadeiro Rocha, 901, Centro no Município de Guarapuava -PR, sendo classificada como Administração Indireta.

2. DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS: Balanço Patrimonial

3. BASE DE PREPARAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS E PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS

3.1 Base de Preparação das Demonstrações Contábeis e Principais Políticas Contábeis

As Demonstrações Contábeis foram elaboradas em consonância com os dispositivos da Lei nº 4.320/1964 e da Lei Complementar nº 101/2000. Abrangem, também, as Normas Brasileiras de Contabilidade Técnicas do Setor Público (NBCT SP) do Conselho Federal de Contabilidade (CFC), o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP 10ª edição) da Secretaria do Tesouro Nacional e demais normativos vigentes.

O escopo das demonstrações contábeis é no nível consolidada composta pelos órgãos da Administração Direta e Indireta, conforme evidenciado no Contexto Operacional, tendo sido adotados os seguintes procedimentos: a) os ajustes e as eliminações decorrentes do processo de consolidação foram realizados em documentos auxiliares e não originaram nenhum tipo de lançamento na escrituração das entidades que formam a unidade contábil; b) as demonstrações contábeis integrantes da consolidação foram levantadas na mesma data (ou indicar a defasagem); c) foram eliminados os valores de quaisquer contas decorrentes de transações entre as entidades incluídas na consolidação; verificaram-se (ou não verificaram-se) efeitos relevantes na consolidação das demonstrações contábeis em razão da defasagem (ou da "não defasagem") indicada. 3.1 Resumo das Principais Políticas Contábeis A seguir, são apresentados os principais critérios e políticas contábeis adotados, tendo em consideração as premissas das NBCT SP e do MCASP. • Moeda Funcional - A moeda funcional utilizada para o reconhecimento, mensuração e a evidência das Demonstrações Contábeis é o Real.

As estruturas e a composição das Demonstrações Contábeis estão de acordo com as bases propostas pelas práticas contábeis brasileiras do setor público NBCT SP e o MCASP e composta por:

I. Balanço Patrimonial (BP); II. Demonstração das Variações Patrimoniais (DVP); III. Balanço Orçamentário (BO); IV. Balanço Financeiro (BF); V. Demonstração dos Fluxos de Caixa (DFC).

IPM Sistemas Ltda  
Atende Net - WPR v 2013.01

Identificador: WPR1901101-054-LIZWMJDCOTEJU-4 - Emitido por: PEDRO HENRIQUE DA FONSECA

11/09/2024 11:29:50 -03:00



**CONSORCIO INTERMUNICIPAL DE SAUDE DA 5ª REGIAO DE SAUDE DO PARANA - CIS5RS**  
 Prestação de Contas  
**BALANÇO PATRIMONIAL**  
 Período de Referência: Janeiro a Dezembro de 2023

Pág 4 / 4

Sendo o Balanço Patrimonial (BP) abordado neste tópico.

O escopo das demonstrações contábeis é no nível consolidada composta pelos órgãos da Administração Direta e Indireta, conforme evidenciado no Contexto Operacional, tendo sido adotados os seguintes procedimentos: a) os ajustes e as eliminações decorrentes do processo de consolidação foram realizados em documentos auxiliares e não originaram nenhum tipo de lançamento na escrituração das entidades que formam a unidade contábil; b) as demonstrações contábeis integrantes da consolidação foram levantadas na mesma data (ou indicar a defasagem); c) foram eliminados os valores de quaisquer contas decorrentes de transações entre as entidades incluídas na consolidação; verificaram-se (ou não verificaram-se) efeitos relevantes na consolidação das demonstrações contábeis em razão da defasagem (ou da "não defasagem") indicada.

3.1 Resumo das Principais Políticas Contábeis A seguir, são apresentados os principais critérios e políticas contábeis adotados, tendo em consideração as premissas das NBCT SP e do MCASP. Moeda Funcional - A moeda funcional utilizada para o reconhecimento, mensuração e a evidência das Demonstrações Contábeis é o Real. Caixa e Equivalentes de Caixa - Incluem dinheiro em caixa, demais depósitos bancários e aplicações de liquidez imediata. Os valores são mensurados e avaliados pelo valor de custo e, quando aplicável, são acrescidos dos rendimentos auferidos até a data das demonstrações contábeis. Investimentos e Aplicações Temporárias a Curto Prazo - São as aplicações de recursos em títulos e valores mobiliários, não destinadas à negociação e que não fazem parte das atividades operacionais da entidade. Os valores são avaliados e mensurados pelo valor de custo e, quando aplicável, são acrescidos dos rendimentos auferidos até a data das demonstrações contábeis. Quando mensuráveis, são registrados os ajustes para perdas de tais ativos. Depósitos Restritivos - São os valores depositados para garantia contratual a título de caução dos fornecedores de bens, serviços e obras e estão reconhecidos pelo valor de custo acrescido dos rendimentos do período. Créditos a Curto Prazo - Compreendem os direitos a receber a curto prazo relacionados, principalmente, com: (i) créditos tributários; (ii) créditos não tributários; (iii) dívida ativa; (iv) transferências concedidas; (v) empréstimos e financiamentos concedidos; (vi) adiantamentos; e (vii) valores a compensar. Os valores são mensurados e avaliados pelo valor de custo, acrescido das atualizações monetárias e juros. É constituído também ajuste para perdas, com base na análise dos riscos de realização dos créditos a receber. Estoques - Compreendem os materiais em almoxarifado para suprimento das atividades da entidade e para a prestação de serviços, e caso tiver mercadorias para venda, os produtos acabados e os em elaboração e adiantamento a fornecedores. Na entrada, esses materiais são avaliados pelo valor de custo, ou seja, de aquisição ou produção/construção. O método para mensuração e avaliação das saídas dos estoques é o custo médio ponderado, conforme o art. 85 da lei 4.320/64. Há, também, a possibilidade de redução dos valores do estoque, mediante as contas para ajustes para perdas ou para redução ao valor recuperável, quando o valor reconhecido estiver superior ao valor justo (valor de mercado). Ativo Realizável a Longo Prazo - Compreendem os direitos a receber a longo prazo principalmente com: (i) créditos tributários; (ii) créditos não tributários; (iii) dívida ativa; (iv) empréstimos e financiamentos concedidos; (v) investimentos temporários; e (vi) estoques. Os valores são avaliados e mensurados pelo valor de custo e, quando aplicável, são acrescidos das atualizações monetárias, de acordo com as taxas especificadas nas respectivas operações. A exceção se refere aos estoques, que são avaliados e mensurados nas entradas pelo valor de custo e nas saídas pelo custo médio ponderado. Para todos os ativos desse item, quando mensuráveis, são registrados os ajustes para perdas. Ajuste para Perdas da Dívida Ativa - A metodologia adotada para mensuração do ajuste para perdas dos créditos da dívida ativa, foi a média do histórico de recebimentos nos últimos 03 anos. Investimentos - São compostos por: (i) participações permanentes; (ii) propriedades para investimento; e (iii) demais investimentos. As participações permanentes representam os investimentos realizados em empresas, consórcios públicos ou em fundos. Quando há influência significativa, são mensurados e avaliados pelo método da equivalência patrimonial. Quando não há influência significativa, são mensurados e avaliados pelo método de custo, sendo reconhecidas as perdas prováveis apuradas em avaliações periódicas. As propriedades para investimento compreendem os bens imóveis mantidos com fins de renda e/ou ganho de capital, que não são usados na prestação de serviços e que não serão vendidos em curto prazo. Estes bens podem ser avaliados por dois critérios para a mensuração: (i) valor justo (valor de mercado); e (ii) custo depreciado. Os demais investimentos são mensurados e avaliados pelo valor de custo, acrescidas da rentabilidade auferida até a data das demonstrações contábeis. Quando mensuráveis, são registradas as reduções ao valor recuperável (impairment), fruto de avaliações periódicas. Imobilizado - O imobilizado é composto pelos bens móveis e imóveis. É reconhecido inicialmente com base no valor de custo (aquisição, construção ou produção). Após o reconhecimento inicial, ficam sujeitos à depreciação, amortização ou exaustão, bem como à redução ao valor recuperável e à reavaliação. Os gastos posteriores à aquisição, construção ou produção são incorporados ao valor do imobilizado desde que tais gastos aumentem a vida útil do bem e sejam capazes de gerar potencial de serviços ou benefícios econômicos futuros. Se os gastos não gerarem tais benefícios, eles são reconhecidos diretamente no resultado do período como variações patrimoniais diminutivas. Intangível - Os direitos que tenham por objeto bens incorpóreos, destinados à manutenção da atividade pública ou exercidos com essa finalidade, são mensurados e avaliados com base no valor de custo (aquisição ou de produção), deduzido o saldo da respectiva conta de amortização acumulada (quando tiverem vida útil definida) e o montante acumulado de quaisquer perdas do valor que tenham sofrido ao longo de sua vida útil por redução ao valor recuperável (impairment). Depreciação, Amortização e Exaustão dos Bens Móveis e Imóveis - A base de cálculo para a depreciação, a amortização e a exaustão é o valor de custo do ativo imobilizado, compreendendo tanto os custos diretos como os indiretos. O método de cálculo dos encargos de depreciação para os bens móveis e imóveis é o das quotas constantes. Como regra geral, a depreciação dos bens móveis e imóveis deve ser iniciada a partir do primeiro dia do mês seguinte à data do bem estar em condições de uso. Porém, quando o valor do bem adquirido e o valor da depreciação no primeiro mês sejam relevantes, adote-se, em caráter de exceção, o cômputo da depreciação em fração menor do que um mês. A taxa de depreciação e o valor residual utilizados foram: Reavaliação e a Redução ao Valor Recuperável - a base de mensuração utilizada: valor justo (mercado), custo de reposição, informar os procedimentos contábeis e metodologia utilizada para reconhecimento da valorização e da perda por meio dos testes de recuperabilidade. Passivos Circulantes e não Circulantes As obrigações são evidenciadas por valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos das variações monetárias e juros ocorridas até a data das demonstrações contábeis. Os passivos circulante e não circulante apresentam a seguinte divisão: (i) obrigações trabalhistas, previdenciárias e assistenciais; (ii) empréstimos e financiamentos; (iii) fornecedores e contas a pagar; (iv) obrigações fiscais; (v) provisões; e (vi) demais obrigações.

Empréstimos e Financiamentos - Compreendem as obrigações financeiras contratuais, internas e externas, a título de empréstimos, bem como as aquisições financiadas efetuadas diretamente com o fornecedor. São avaliados e mensurados pelo valor de custo acrescidos das atualizações monetárias e juros incorridos até a data das demonstrações contábeis. Provisões - As provisões estão segregadas em seis categorias: (i) riscos trabalhistas; (ii) riscos fiscais; (iii) riscos cíveis; (iv) repartição de créditos tributários; (v) provisões matemáticas; e (vi) outras. As provisões são reconhecidas quando a possibilidade de saída de recursos no futuro é provável, e é possível a estimativa confiável do seu valor. São atualizadas até a data das demonstrações contábeis pelo montante provável de perda, observadas suas naturezas e os relativos riscos emitidos pelas áreas responsáveis. Benefícios a Empregados - Benefícios a empregados referentes a encargos de férias e décimo terceiro salário são reconhecidos pelo regime de competência de acordo com os serviços prestados, sendo registrados como variações patrimoniais diminutivas. Os benefícios pós-emprego relacionados com aposentadoria e pensões são também reconhecidos pelo regime de competência. Ativos e Passivos Contingentes - Os ativos e passivos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações contábeis. Quando relevantes, são contabilizados em contas de controle e evidenciados nas notas explicativas nas notas explicativas no tópico Outras Informações Relevantes. Apuração do Resultado - Nas demonstrações contábeis são apurados os seguintes resultados: i. Na Demonstração das Variações Patrimoniais é apurado o Resultado Patrimonial, confrontando as Variações Patrimoniais Aumentativas com as Variações Patrimoniais Diminutivas e o resultado for positivo teremos o Superávit Patrimonial caso contrário será Deficit Patrimonial. ii. No Balanço Orçamentário é apurado o Resultado Orçamentário o valor da coluna Receitas Realizadas menos a Despesa Empenhada, se for positivo teremos o Superávit Orçamentário e caso contrário será Deficit Orçamentário. iii. No Balanço Financeiro ou na Demonstração do Fluxo de Caixa é apurado o Resultado Financeiro confrontando o Saldo Atual de Caixa e Equivalentes de Caixa menos o Saldo Anterior, se for positivo será um Superávit Financeiro caso contrário um Deficit Financeiro. Esta apuração no Resultado Financeiro não se confunde com a apuração feita no Balanço Patrimonial entre os Ativos Financeiros menos os Passivos Financeiros, este se superávit é inclusive fonte para abertura de créditos adicionais Declaração de Conformidade Declaro que as informações evidenciadas nas Demonstrações Contábeis: Balanço Patrimonial, Demonstração das Variações Patrimoniais, Balanço Orçamentário, Balanço Financeiro, Demonstração dos Fluxos de Caixa e a Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido foram elaboradas observando as normas contábeis vigentes no Brasil, a saber: a lei 4.320/64, a lei complementar 101/2000 - LRF, as Normas Brasileiras de Contabilidade Técnicas do Setor Público - NBC TSP e o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público 8ª edição - MCASP e refletem em seus aspectos mais relevantes a situação patrimonial, orçamentária e financeira em 2021, exceto no tocante as ressalvas abaixo.

4. Informação Complementar dos Principais Itens das Demonstrações Contábeis 4.1 Notas do Balanço Patrimonial O Balanço Patrimonial apresentou Ativo de R\$ 6.003.898,71, Passivo de R\$ 6.003.898,71 e Patrimônio Líquido de R\$ 3.280.908,53. Tendo no Patrimônio Líquido o Resultado de Exercício de R\$ 1.634.060,16.

IPM Sistemas Ltda  
Atende Net - WPR v 2013.01

Identificador: WPR1901101-054-LIZWMJDCOTEJU-4 - Emitido por: PEDRO HENRIQUE DA FONSECA

11/09/2024 11:29:50 -03:00